

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

SUGESTÃO Nº 106 , DE 2005

Altera a Lei nº 7.347, de 1985 – Lei da
Ação Civil Pública

Autor: Conselho de Defesa Social de Estrela do
Sul - CONDESUL

Relator: Deputado Pastor Reinaldo

I - RELATÓRIO

A iniciativa do Conselho de Defesa Social de Estrela do Sul - CONDESUL tem por objetivo sugerir a esta Comissão de Legislação Participativa a apresentação de projeto de lei para alterar a Lei de Ação Civil Pública, visando assegurar maior efetividade ao inquérito civil público.

Para tanto apresenta minuta de projeto com nova redação para os artigos 8º e 11 da Lei 7.347/85 – Lei de Ação Civil Publica bem como sugere a inclusão de dois novos artigos : 11-A e 11-B.

Argumenta-se , na justificação, que a os sugestões teriam o condão de dar maior efetividade ao inquérito civil público, recorrendo-se ao judiciário apenas em casos de penalidades mais graves, reduzindo a lentidão processual.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Conforme determina o art. 254 do Regimento Interno, com a redação dada pela Resolução nº 21, de 2001, cumpre que esta Comissão de Legislação Participativa aprecie e se pronuncie acerca da Sugestão em epígrafe.

Preliminarmente, constata-se que a sugestão foi devidamente apresentada no que diz respeito aos aspectos formais, tendo sua regularidade sido atestada pelo Secretário desta Comissão, nos termos do art. 2º do Regulamento Interno e do “Cadastro da Entidade” constante dos autos.

O tema encontra-se compreendido na competência privativa da União para legislar sobre direito processual, sendo legítima a iniciativa e adequada a elaboração de lei ordinária (artigos 22, I e 61 da Constituição Federal).

O inquérito civil, cuja iniciativa é exclusiva do Ministério Público, é um instrumento preparatório para uma eventual ação civil pública ou coletiva, tem caráter administrativo e extrajudicial. Em verdade, esse mecanismo processual se destina basicamente a fornecer elementos de convicção para que o Paquet possa avaliar a necessidade de se invocar a tutela jurisdicional em determinadas circunstâncias. Assim, evita-se a proposição de lides temerárias.

Nesse mesmo sentido, seria salutar que o órgão ministerial tivesse algumas prerrogativas, inerentes ao inquérito civil, que pudessem viabilizar uma solução de conflitos sem a necessidade de intervenção judicial. Assim, além de o Ministério Público poder promover diligências, requisições, exames e perícias, é de bom alvitre que se possa aplicar advertências e multas.

Também é razoável que se realizem alterações nos aspectos referentes às citações nas ações coletivas, conforme preconiza a nova redação do parágrafo 11 da Lei da Ação Civil Pública proposta pelo Conselho de Defesa Social de Estrela do Sul - CONDESUL

Assim, por todo o exposto, somos pela aprovação da sugestão, nos termos do Projeto de Lei anexo, em que adotamos as sugestões da CONDESUL realizando as devidas correções de técnica legislativa.

Sala da Comissão, em de de 2005.

Deputado Pastor Reinaldo

PROJETO DE LEI Nº , DE 2005
(Da Comissão de Legislação Participativa)

Altera dispositivos da Lei nº 7.347, de 24 de Julho de 1985, que disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio-ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei altera a Lei nº 7.347, de 24 de Julho de 1985, que disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio-ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e dá outras providências.

Art. 2º A Lei nº 7.347, de 24 de Julho de 1985, passa vigorar com a seguinte redação :

“Art. 8º.....

§ 3º Caso seja necessário poderá estabelecer determinações ao autor do fato considerado ilegal, bem como fixar multa pelo descumprimento ao determinado pelo ordenamento jurídico e expressamente pela legislação.

§ 4º Ao final, após concessão do direito de defesa, poderá aplicar as penalidades de advertência ou multa, conforme valores previstos em lei.

§ 5º Caberá recurso com efeito suspensivo ao Conselho Superior, no prazo de dez dias, a contar da intimação do autor do fato. (NR)

Art. 11.

§ 1º Nas ações em que se questiona ato originário da função estatal, bastará a citação pessoal do ente responsável pela edição do mesmo, bem como notificação da autoridade responsável no prazo legal.

§ 2º Os eventuais beneficiários do ato administrativo serão notificados por edital, onde constará a resenha do caso e narrando a existência da demanda judicial e que os interessados poderão habilitar nos autos a qualquer tempo, mas na fase em que o processo se encontra.

§ 3º Os prejudicados que discordarem poderão ajuizar ação judicial questionando a ilegalidade do ato administrativo e eventual direito, mas deverão provar que têm o direito alegado ou que não se inserem na questão posta como ilícita.

§ 4º Os prejudicados com a anulação do ato administrativo e que agiram de boa-fé poderão pleitear indenização.

§ 5º Julgado nulo o ato administrativo e de forma irrecorrível, caberá ao órgão estatal providenciar a efetivação das anulações em até 60 dias. (NR)

Art. 11-A: O Ministério Público poderá ajuizar ações coletivas na defesa de interesses individuais homogêneos desde que haja relevância social no objeto, onde caracterizaria um interesse coletivo pela extensão e pelo dever de defesa da ordem jurídica justa.

Parágrafo único As ações de natureza coletiva têm caráter de direito social.

Art. 11-B: Nas ações na defesa do patrimônio público decorrente de atos ilícitos, caso o ente estatal interessado não tome as providências em 30 dias a contar da descoberta do fato, caberá ao Ministério Público a legitimidade ativa.”

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A Lei da Ação civil pública é instrumento processual de inegável valor, transcende o pensamento da singularidade da tutela jurisdicional, correspondente a um individualismo jurídico, para uma nova tendência de tutela jurisdicional coletiva, cujas origens remontam ao modelo americano das chamadas *class actions*.

A relevância da matéria, decorre da crescente necessidade de defesa coletiva de interesses transindividuais, isto é, interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos, reflexos do estilo de vida contemporâneo cujas aspirações , muitas vezes, são comuns a grupos, classes ou categorias de pessoas.

A importância do tema evita a pulverização de inúmeras demandas substancialmente idênticas e impõe disciplina específica a temas como o inquérito civil e a citação coletiva bem como aponta para a pertinência de aperfeiçoamentos na Lei da Ação Civil.

Assim, é nesse sentido , de importância social e alcance coletivo do tema, é que sugerimos alterações na sistemática do inquérito civil e da citação nas ações coletivas.

As modificações propostas no artigo 8º , que trata do inquérito civil, visam conferir maior efetividade a esse instituto, evitando-se a proliferação de ações no poder judiciário , e conseqüentemente, reduzindo a lentidão processual.

Busca-se, ainda , com a alteração do artigo 11 e a inclusão dos dispositivos 11-A e 11-B, facilitar a citação nas ações coletivas para dar maior celeridade ao processo.

Diante de todo o exposto e certos de que estaremos contribuindo para a tão almejada celeridade processual, contamos com o apoio dos ilustres Pares para a aprovação dessa proposta.

Sala das Sessões, em de de 2005.

Deputado PASTOR REINALDO